

Perfil

“Afirmo minhas raízes com orgulho”

Maria Eduarda Maia

Cristiane Damasceno, ou Cris, como prefere ser chamada, é candidata à presidência da OAB pela chapa 33, “Inovar a Ordem”. Advogada, Cris nasceu e foi criada em Sobradinho. “Sou filha de Brasília. Minha mãe é do Piauí, e meu pai veio da Bahia. Nasci em Sobradinho e morei lá por 26 anos. Brinco que a cidade parecia um feudo — todos se conheciam; era como uma cidadezinha do interior, muito acolhedora”, comenta. Filha de uma professora, Cris começou sua formação em uma escola fundada e administrada por sete irmãs negras, o que considera uma grande fonte de inspiração, assim como sua mãe. “Minha mãe sempre me ensinou que estudar é a chave para transformar a vida e que a independência financeira é fundamental para a felicidade. Sempre levei isso muito a sério”, afirma.

Cris optou por cursar Direito porque, embora não tivesse as melhores notas em exatas, sempre se destacou nas disciplinas de humanas. Após um teste vocacional, percebeu que o mundo jurídico era seu caminho. “Sempre tive um instinto de justiça,

Reprodução/ Instagram



Cris ao lado de sua mãe e irmã

e no terceiro ano do ensino médio me encontrei”, relembra. Ela ingressou no Centro Universitário de Brasília (Ceub), onde teve um choque de realidade: “Lá, encontrei filhos de senadores, governadores, empresários... Era um mundo completamente diferente do meu, e isso me deu ainda mais motivação. No sexto semestre, comecei a trabalhar

dando aulas em um cursinho”, conta.

Na advocacia, Cris escolheu a área criminal, mesmo reconhecendo-a como um campo desafiador. “Lidamos com o trauma secundário, pois estamos em contato direto com as dificuldades das pessoas, especialmente em questões que envolvem a perda da liberdade”, explica. Além da advocacia, ela leciona na graduação e pós-graduação no Uniceub e no IDP, e coordena um projeto na penitenciária feminina, focado no atendimento e apoio à ressocialização de mulheres encarceradas.

Em sua candidatura, Cris defende a paridade de direitos para as mulheres. “Na OAB, enfrentei discriminação de gênero. As políticas afirmativas vieram em boa hora para buscar paridade, mas as mulheres ainda encontram barreiras nos cargos de maior destaque, como o de presidente”, afirma. Ela sonha em criar uma escola dedicada à formação de mulheres líderes na política, para inspirar e capacitar novas gerações. “Recentemente, ouvi uma cientista dizer que precisamos abrir esses espaços para que as meninas possam mudar a forma como veem suas possibilidades. Não conseguimos nos enxergar nesses lugares

de liderança, pois sempre vemos homens brancos ocupando essas posições”, reflete. “Para mulheres, entrar na política é arriscado: quando o sistema percebe que você é competente e pode ameaçar a posição de certas pessoas no poder, você se torna um alvo”, completa.

Outro tema central em sua campanha é a questão racial. Recentemente, uma representação do candidato Everardo Gueiros — o Vevé — impugnou todos os candidatos inscritos pelas cotas raciais. Em resposta, a Subcomissão de Heteroidentificação convocou todos os postulantes para manifestação. Cris relatou o constrangimento que sentiu e denunciou o episódio como racismo. “Defendi no Conselho Federal que as comissões de heteroidentificação fossem obrigatórias para evitar fraudes. Minha recomendação é que a autodeclaração seja respeitada, pois só nós entendemos nossas dores. Naquela semana, já havia sofrido um ato de racismo: um prestador de serviço disse que iria clarear minha foto para a divulgação afirmando que as pessoas são racistas e seria difícil eu aparecer com a minha cor. Imediatamente disse que não, afirmo minhas raízes com orgulho”, conta.

Visão do Direito



Cristiane Damasceno

Advogada criminalista, conselheira federal da OAB

OAB: guardiã do Brasil como um Estado Democrático e de Direito

Embrora seja uma instituição não estatal tampouco governamental, a OAB figura entre as mais importantes instituições brasileiras. Isso não se dá apenas pelo seu papel de representar os interesses de uma classe, mas pela forma como é de fato vista: uma guardiã do Brasil como Estado Democrático de Direito.

Tudo o que diz respeito à OAB repercute e extravasa para além do universo dos advogados e advogadas que representa, alcançando quase toda a sociedade brasileira. Digo “quase toda” especialmente em relação às suas eleições internas, vistas por muitos com o mesmo interesse que dedicam às eleições gerais para os cargos dos poderes da República.

Esse é, de fato, o maior patrimônio da OAB. Contudo, esse relevante papel que a Ordem assumiu — em grande parte devido à fraqueza das instituições constitucionalmente incumbidas de

zelar pelo nosso Estado Democrático de Direito — acaba por afastar a OAB de seu foco principal: a defesa dos advogados e advogadas que a sustentam e deveriam ser sua razão de existir. Historicamente e concretamente, isso não tem acontecido.

Não ignoro o quanto esse papel adicional é relevante para a frágil República, mas entendo que, enquanto advogadas e advogados, a OAB não tem nos dado uma contrapartida que justifique, no mínimo, nossas anuidades. Essas contribuições, feitas por muitos trabalhadores que mal dispõem de condições econômicas para pagá-las, são imprescindíveis para que possam exercer regularmente a profissão.

A cada eleição, o discurso se repete, com candidatos e candidatas recorrendo aos chavões de sempre, mas evitando ou desviando-se do que realmente é função de um dirigente da OAB: não apenas

lutar, mas assegurar concretamente a cada contribuinte aquilo que lhe é de direito.

Enfrento, como candidata à presidência de da OAB-DF, quatro chapas que se digladiam. Contudo, até as árvores desta vastidão do Planalto Central sabem que lutar pela dignidade dos advogados e advogadas brasilienses, especialmente daqueles que atuam nas áreas periféricas, não é o verdadeiro mote dessas candidaturas. Lamentavelmente, para muitos, assumir tais cargos é motivado pela vaidade, pelo desejo de enriquecer o currículo ou até por interesses menos nobres.

Advogada, mas também com experiência em administração e gestão, acredito que precisamos menos de tribunos e locutores de belas, porém vazias, palavras, e mais de bons gestores de nossas anuidades. Precisamos de pessoas que substituam o empreguismo e até o

nepotismo que marcaram a história da Ordem por práticas saudáveis, que garantam o sucesso das iniciativas modernas.

A OAB, afinal, é um empreendimento de prestação de serviços que deve observar a mesma excelência e reciprocidade de qualquer outro. Em uma relação sinalagmática — termo que nós, advogados, bem conhecemos —, eu pago minha anuidade e, em troca, tenho o direito de receber excelentes serviços, com meu dinheiro sendo utilizado em meu benefício e no dos meus pares, e gerido por pessoas qualificadas. Em resumo, nossa OAB necessita de um verdadeiro choque de gestão. Precisa de uma boa governança, de assumir o compromisso de disponibilizar serviços de qualidade e expandir seu alcance para quem hoje está distante de seu campo de atuação. Essas são minhas metas como presidente da OAB, cargo que estou determinada a assumir!